

Por Orestes Pullin (*)



Hoje

muitos atendimentos clínicos são realizados sem que o médico responsável tenha tido acesso a informações prévias e de histórico do paciente, seja porque as consultas anteriores não foram realizadas naquela rede hospitalar, seja porque o paciente se dirigiu a um novo consultório. Este cenário se dá pela falta de um sistema de Registro Eletrônico de Saúde (RES), no qual diferentes profissionais de saúde tem acesso a um prontuário único do paciente. O atraso digital pode ser responsável por uma série de obstáculos que podem comprometer a qualidade assistencial e a eficiência administrativa do setor de saúde.

A implantação do sistema de prontuários eletrônicos, destinados a gerenciar informações de históricos médicos de pacientes, começou em 2011 no Sistema Único de Saúde (SUS) e segue lentamente no Brasil, embora o modelo já esteja amplamente difundido em outros países. No National Health Service (NHS), sistema público de saúde da Inglaterra que inspirou a criação do nosso SUS, o início do sistema nacional de registros digitais ocorreu em 2002. Além dos médicos, os pacientes ingleses podem acessar seus próprios registros através de um portal chamado *Healthspace*.

De acordo com o IESS (Instituto de Estudos de Saúde Suplementar), 42% dos estabelecimentos públicos brasileiros concentra os registros dos pacientes armazenados em papel. Nas instituições privadas, esse índice é de 23%. Ainda assim, 64% dos brasileiros se interessam pelo armazenamento digital de dados clínicos. E segundo a pesquisa Datafolha encomendada em 2016 pela Confederação Nacional das Cooperativas Médicas - Unimed do Brasil, dentre as pessoas que apoiam o uso de prontuários médicos, 58% concederia acesso total às suas informações pelos médicos com os quais passarem por consultas.

Com o registro de todo histórico de saúde, antecedentes familiares, resultados de exames realizados, entre outros dados, é possível que seja aplicada uma medicina centrada na pessoa, com foco na Atenção Integral à Saúde. Essa questão é ainda mais urgente quando pensamos em um atendimento de emergência, em que o paciente pode estar inconsciente e sem acompanhante para explicar ao médico o seu histórico clínico.

A partir do RES é possível trazer benefícios para a gestão da saúde do paciente, mais agilidade e qualidade de atendimento, e melhor administração de custos. Um estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), publicado em 2010, defende que um sistema informatizado é uma das maneiras de garantir a eficiência do atendimento em saúde, com maior segurança e qualidade do serviço para o paciente.

O histórico de saúde extraído do prontuário eletrônico de uma população específica é um material valioso que pode embasar estratégias de gestão, demonstrando que a implantação total do mesmo é fundamental para a sustentabilidade dos setores de saúde pública e privada. Precisamos acompanhar o ritmo de um mundo cada vez mais conectado, que fica além das portas dos hospitais e clínicas.

(*) **Orestes Pullin** é presidente da Unimed do Brasil.

Fonte: Weber Shandwick, em 20.12.2017.